artigo 84.º do capítulo 16.º, sob o título: Conclusão da rede de estradas de 1.ª ordem, nos termos da lei de 22 de Fevereiro de 1913;

De 2:000.000\$, a favor do Ministério das Colónias, importância do empréstimo autorizado, pela lei n.º 252 de 18 de Julho de 1914, para despesas urgentes e outras já realizadas pela província de Angola, a incluir na despesa extraordinária do Orçamento da metrópole, para 1914-1915, do Ministério das Colónias, onde deverá constituir o capítulo 5.º, artigo 5.º, sob a epígrafe: Despesas nos termos da lei n.º 252 de 18 de Julho de 1914;

De 1:500.000\$, a favor do Ministério das Colónias, importância do empréstimo a que se refere o artigo 3.º da lei n.º 256, de 22 de Julho de 1914, como suprimento, nos termos do § único do mesmo artigo, do empréstimo até 8:000.000\$, autorizado pelo artigo 2.º da mesma lei, destinado às despesas do estudo e execução das obras necessárias ao fomento de Angola, a inscrever no mencionado orçamento da despesa extraordinária do Ministério das Colónias, para 1914-1915, onde formará o capítulo 6.º, artigo 6.º, sob a rubrica: Fomento de Angola, nos termos da lei n.º 256 de 22 de Julho de 1914;

De 200.000\$, a favor do Ministério das Finanças, dívida pública, importância dos encargos do empréstimo de 2:000.000\$, a satisfazer pela província de S. Tomé, nos termos do artigo 2.º da lei n.º 252, de 18 de Julho de 1914, a incluir no capítulo 1.º, artigo 7.º, da dívida pública, constante do orçamento da despesa do Ministério das Finanças, para 1914-1915, sob a rubrica: Para encargos do empréstimo de 2:000.000\$ autorizado pela lei n.º 252 de 18 de Julho de 1914. A referida importância de 200.000\$ deverá ser também descrita em receita, no capítulo 8.º, reembolsos e reposições, artigo 128.º, sob a epígrafe: 2:000.000\$, (lei n.º 252 de 18 de Julho de 1914);

De 150.000\$, a favor do Ministério das Finanças, dívida pública, importância dos encargos do empréstimo de 1:500.000\$, a que se refere o artigo 3.º da lei n.º 256 de 22 de Julho de 1914, destinado ao fomento de Angola a satisfazer pela mesma província, em conta do fundo especial, criado pelo artigo 1.º da citada lei n.º 256 e a incluir no capítulo 1.º, artigo 7.º, da dívida pública constante do orçamento da despesa do Ministério das Finanças, para 1914-1915, sob a rubrica: Para encargos do empréstimo de 1:500.000\$, autorizado pela lei n.º 256 de 22 de Julho de 1914, artigo 3.º A mencionada importância de 150.000\$, deverá ser também descrita em receita, no capítulo 8.º, Reembolsos e reposições. Artigo 128.º sob o título: 1:500.000\$ (lei n.º 256 de 22 de Julho de 1914, artigo 3.º).

Art. 3.º As importâncias dos créditos de 200.000\$ e 150.000\$, de que trata o artigo anterior, são também inscritas na despesa ordinária dos orçamentos das colónias para 1914-1915, devendo a de 200.000\$ constituir o artigo 42.º-A do capítulo 7.º, ou o que deva ser, do orçamento de S. Tomé, sob a rubrica: Encargos do empréstimo de 2:000.000\$, nos termos da lei n.º 252 de 18 de Julho de 1914; e a de 150.000\$ no orçamento também da despesa ordinária da província de Angola, para o corrente ano económico de 1914-1915, onde formará o artigo 153.º-A do capítulo 7.º ou o que deva ser, sob a rubrica: Encargos do empréstimo de 1:500.000\$, nos termos da lei n.º 256 de 22 de Julho de 1914.

Art. 4.º A Direcção Geral da Fazenda Pública incluirá, nas tabelas das receitas a enviar à Direcção Geral da Contabilidade Pública, importâncias correspondentes às que, por conta dos três primeiros créditos representativos dos produtos dos empréstimos, forem levantadas, por meio de ordens de pagamento orçamentais; e fará restituir à dívida flutuante, logo que definitivamente se realizem os citados empréstimos e pelos seus produtos, a importância de 4:500.000\$ que o Governo em conformidade

do presente decreto, põe à ordem dos referidos Ministérios do Fomento e das Colónias, nos termos da última parte do artigo anterior.

Art. 5.º A importância dos encargos de juros e amortização à taxa de 5 por cento, do empréstimo de 2:000.000\$, é fixada em 200.000\$, e as dos encargos do empréstimo de 1:500.000\$, em 150.000\$ ambos a contar de 1 de Julho do corrente ano.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou os créditos, a que se refere o artigo 2.º do presente diploma, em termos de serem decretados.

O Presidente do Governo e Ministro do Interior e os Ministros das demais repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da Republica, e publicado em 29 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*Eduardo Augusto de Sousa Monteiro*—*António dos Santos Lucas*—*António Júlio da Costa Pereira de Eça*—*Augusto Eduardo Neuparth*—*A. Freire de Andrade*—*João Maria de Almeida Lima*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*—*José de Matos Sobral Cid.*

Rectificação

No decreto n.º 718, de 25 de Junho, prétérito, publicado no *Diário do Governo* n.º 132, 1.ª série, de 3 de Agosto findo, que reorganizou os serviços da Direcção Geral da Fazenda Pública, a p. 626 do mesmo *Diário*, 3.ª Repartição—Desamortização, no n.º 13 da 2.ª col., 9.ª linha, onde se lê: «13.º Venda e remissão dos bens e foros incorporados na Fazenda Nacional por virtude da Lei da Separação ou da extinção da Casa Rial», leia-se: «13.º Subrogações, venda e remissão dos bens e foros pertencentes à Fazenda Nacional e os incorporados por virtude dos decretos-leis de 31 de Dezembro de 1910 e 20 de Abril de 1911, e pela extinção da Casa Rial».

No artigo 7.º, do mesmo decreto, na 6.ª lin., onde se lê: «dos serventuários do Ministério das Finanças», leia-se: «dois serventuários do Ministério das Finanças».

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 26 de Setembro de 1914.—O Secretário Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy.*

Direcção Geral das Alfândegas

DECRETO N.º 899

Nos termos do disposto no § 1.º do artigo 1.º da lei n.º 95, de 22 de Dezembro de 1913: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, decretar que, na importação temporária de solípedes que, vindos de Espanha, se destinem às feiras de gado a que costumam concorrer as comissões de remonta do exército, guarda fiscal e guarda republicana, se observem as seguintes disposições regulamentares:

1.ª A entrada destes solípedes só poderá ser feita pelas delegações de Valença, Barca de Alva, Vilar Formoso, Elvas, Beirã e pelo posto de despacho de Caia.

2.ª Nas aludidas estações aduaneiras será processado o despacho de importação temporária, mediante o depósito dos competentes direitos, ou fiança idónea, devendo colocar-se em volta do pescoço dos solípedes um fio de ferro fechado com selo de chumbo, tendo de um lado o escudo nacional e do outro a palavra «alfândega».

3.ª O prazo para esta importação temporária será de dois meses e, findo ele, serão imediatamente liquidados os respectivos despachos.

4.ª A reexportação dos solípedes só poderá ser efectuada pelas mesmas estações da entrada, mediante a apresentação do competente documento do despacho.

5.ª Na ocasião da reexportação serão cortados e devi-

damente inutilizados os solos que estiverem apostos nos solípedes.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*Eduardo Augusto da Silva Monteiro*—*António dos Santos Lucas*—*António Júlio da Costa Pereira de Eça*—*Augusto Eduardo Neuparth*—*A. Freire de Andrade*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*—*José de Matos Sobral Cid*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

DECRETO N.º 900

Tendo continuado a fazer-se sentir a conveniência de que os funcionários do Ministério das Colónias tomem conhecimento das diversas condições das províncias ultramarinas, o que só pode efectuar-se de modo eficaz, tendo ali servido;

Sendo, por isso, vantajoso efectuar as disposições do decreto de 27 de Maio de 1911, que facultam aos referidos funcionários exercer comissões de serviço no ultramar;

Considerando, além disso, que, se aos funcionários ultramarinos for permitido o exercício de funções no Ministério das Colónias, isso lhe dará manifesta superioridade para o desempenho dos seus cargos de além-mar;

Considerando ainda que, da realização destes *desiderata* não resulta aumento de despesa, pois que as lotações dos quadros não são excedidas, havendo simplesmente troca de funcionários ou substituição temporária legal;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários da Direcção Geral das Colónias poderão exercer, quando o requeirarem e assim lhes seja permitido, comissões de serviço no ultramar, por nomeação do Governo e por tempo não inferior a dois anos, ocupando lugares ao tempo vagos, ou por troca, por tempo determinado, com funcionários dos quadros do ultramar.

Art. 2.º Os lugares das colónias que podem ser desempenhados pelos funcionários da mesma Direcção Geral são os compatíveis com as suas habilitações e com a categoria que tiverem no quadro a que pertencem.

Art. 3.º Os lugares deixados no Ministério das Colónias pelos funcionários que forem nomeados, nos termos deste decreto, poderão ser desempenhados, a seu requerimento, por funcionários do ultramar, de habilitações e de categoria nos quadros a que pertencem, que dêem garantia de que bem se desempenharão dos lugares do Ministério das Colónias para que o Governo provisoriamente os nomear.

§ único. Quando os lugares do ultramar, para que sejam nomeados, nos termos do artigo 1.º, funcionários do Ministério das Colónias estejam vagos, serão as vacaturas ocorrentes no Ministério, ao abrigo deste decreto, providas provisoriamente ou por funcionários das colónias eventualmente na metrópole, ou nos termos do § único do artigo 30.º da lei de 14 de Junho de 1913.

Art. 4.º Para as nomeações a que se refere o artigo 1.º tem preferência, dos funcionários do Ministério, os que forem habilitados com algum curso superior, os que possua o curso da Escola Colonial, e os que tenham sido nomeados, precedendo concurso, para os lugares que estiverem exercendo.

Art. 5.º O tempo de ausência legal, do Ministério, por

motivo das comissões no ultramar, será contado para todos os efeitos, como se os funcionários não tivessem deixado de servir nos seus lugares da metrópole.

Art. 6.º A promoção por antiguidade, no quadro do Ministério, é garantida aos funcionários a quem ela pertença no decurso do exercício das comissões nas colónias.

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

2.ª Repartição

1.º Secção

DECRETO N.º 901

Sendo urgente habilitar os governadores das províncias ultramarinas com os poderes necessários para ocorrerem às vicissitudes que a crise financeira e económica da Europa pode suscitar nas colónias;

Tendo sido decretadas para a metrópole as medidas constantes do decreto n.º 740, de 10 de Agosto último, as quais convêm tornar extensivas ao ultramar com as modificações exigidas pelas circunstâncias peculiares das colónias;

Usando da autorização concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os governadores das províncias ultramarinas poderão, precedendo voto afirmativo do Conselho do Governo, conceder, pelo prazo de sessenta dias, a prorrogação sem protesto para os pagamentos em moedas estrangeiras, representados em letras, cheques, conta corrente e operações cambiais.

Art. 2.º O prazo de sessenta dias, mencionados no artigo 1.º, contar-se há a partir da data dos vencimentos das respectivas obrigações contraídas à da portaria provincial que o ordenar, e desta para as que não tiverem vencimento.

Art. 3.º O juro das quantias desembolsadas será regulado pela taxa do Banco Nacional Ultramarino.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

3.ª Repartição

Por ter saído inexacto, publica-se novamente o seguinte decreto:

DECRETO N.º 814

Considerando que a legislação actualmente em vigor, relativa ao recrutamento dos regentes agrícolas e agricultores diplomados dos serviços agrícolas das colónias, preceitua que a nomeação destes funcionários deve ser feita por concurso de provas públicas, e que os candidatos devem ter o curso de agricultura colonial para regentes agrícolas, professado no Instituto Superior de Agronomia (§ 5.º da base 4.ª do decreto de 25 de Janeiro de 1906 e artigo 29.º do regulamento do ensino de agricultura colonial, de 20 de Março de 1906);

Considerando que, porém, até hoje apenas um agricultor diplomado fez ainda o referido curso completo;

Considerando que, por isso, como o Estado não pode prescindir destes funcionários, o Governo se têm visto forçado a contratar e nomear a título provisório regentes